

**Heitor Romero Marques**

Doutor em Desarrollo local y planificación territorial, mestre em Educação, especialista em Filosofia e História da Educação, bacharel em Pedagogia, Licenciado em Ciências  
E-mail: heiroma@ucdb.

**Patrícia dos Santos Figueiredo**

Pós- Graduada em Saúde Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e graduada em Letras (Português/ Inglês) pela Universidade Católica Dom Bosco – UCDB/ MS. Atualmente, pós-graduada em Braille/ Libras pela Faculdade da Região Serrana.  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5050-5903>  
E-mail: patriciafigueiredo\_ms@hotmail.com.

## **Libras e Braille: Uma análise crítica, histórica e linguística sobre os dois sistemas de inclusão**

Libras and Braille: A critical, historical and linguistic analysis of the two inclusion systems

Libras y Braille: un análisis crítico, histórico y lingüístico de los dos sistemas de inclusion

## RESUMO

Este artigo, de abordagem qualitativa, método analítico-sintético de cunho e metodologia bibliográfica, e pertinente ao estudo de Braille/Libras, foi implementado e norteado sobre a história, a crítica e a linguística desses dois sistemas de inclusão. O Braille é um código tátil para leitura e escrita, usado pelos cegos e pelos surdocegos. Já a Libras é uma Língua que apresenta classes gramaticais, lexicais e até dialetos regionais, ou seja, é um idioma usado pelos surdos brasileiros, portanto, a Língua de Sinais sofre mudanças nos demais países do mundo. Ambos os métodos linguísticos trazem tanto à comunidade surda quanto à comunidade cega, uma demanda de dor e abandono que sofreram na sociedade preconceituosa, que desde a antiguidade já apresentava tabus, crenças limitantes; mas que foram abolidas por leis e pelas lutas árduas que os surdos e os cegos, e, os surdocegos tiveram até chegar ao cenário atual, espaço que ainda precisa muito a melhorar, crescer e expandir. Em suma, é imprescindível falar do Braille e da Libras e da cultura surda, da cultura cega, e mencionar a trajetória sincrônica e diacrônica que ambas as comunidades passaram para conquistar seus direitos humanos e educacionais.

**Palavras-chave:** Surdo; Surdocego; Braille; Libras.

## ABSTRACT

This article, with a qualitative approach, analytical-synthetic method of the bibliographic review type, and pertinent to the study of Braille/Libras, was implemented and guided by the history, criticism and linguistics of these two inclusion systems. Braille is a tactile code for reading and writing, used by the blind and deafblind. Libras is a language that has grammatical, lexical classes and even regional dialects, it is a language used by deaf Brazilian, therefore, Sign Language undergoes changes in other countries in the world. Both linguistic methods bring the deaf and the blind community a demand for pain and abandonment that they suffered in the prejudiced society, which since old times already had taboos and limiting beliefs; but which were abolished by laws and by the arduous struggles that the deaf and blind, and the deafblind, had until they reached the current scenario, a space that still needs a lot to improve, grow and expand. In short, it is essential to talk about Braille and Libras, mention deaf and blind cultures, and to mention the synchronic and diachronic trajectory that both communities went through to achieve their human and educational rights.

**Key words:** Deaf; Deafblind; Braille; Pounds.

## RESUMEN

Este artículo, con enfoque cualitativo, método analítico-sintético del tipo revisión bibliográfica, y pertinente al estudio de Braille/Libras, fue implementado y guiado por la historia, la crítica y la lingüística de estos dos sistemas de inclusión. Braille es un código táctil para leer y escribir, utilizado por personas ciegas y sordociegos. Libras es una lengua que tiene clases gramaticales, léxicas e incluso dialectos regionales, es decir, es una lengua utilizada por brasileños sordos, por lo tanto, la Lengua de Señas sufre cambios en otros países del mundo. Ambos métodos lingüísticos traen tanto a la comunidad de sordos como de ciegos una demanda por el dolor y el abandono que sufrieron en la sociedad, que desde tiempos antiguos ya contaba con tabúes y creencias limitantes; pero que fueron abolidos por leyes y por las arduas luchas que sordos y ciegos, y sordociegos, tuvieron hasta llegar al escenario actual, un espacio que aún necesita mucho por mejorar, crecer y ampliar. En definitiva, es imprescindible hablar de Braille y Libras, hablar de cultura sorda, de cultura ciega, y hablar de la trayectoria sincrónica y diacrónica que recorrieron ambas comunidades para alcanzar sus derechos humanos y educativos.

**Palabras clave:** Sordo; Sordo ciego; Braille; Libras.

## Introdução

O preconceito, a dor e o abandono social foram fatores latentes na educação dos surdos e dos cegos que não tinham acesso ao ensino, muito menos “vez e voz”. Por muito tempo não foi apresentado um modelo de educação que envolvesse o aprendizado concomitante à inclusão, que não visasse, somente o acesso, mas, a permanência de ambas as comunidades, porquanto, por muito tempo foram deixadas às mazelas da população, sendo visto como pessoas incapazes, sem poder de comunicação, ora por não ouvir, ora por não enxergarem. Mas, com o passar dos anos, foi perceptível que tais características eram equivocadas, tendo em vista que pelo fato de usarem uma linguagem oral, ou tátil, não significava que possuíam defasagem mental ou incapacidade cognitiva.

Atualmente, tem sido muito discutida a interface entre a educação inclusiva, a educação bilíngue para os surdos e a educação visual para os cegos, cujos princípios são amparados por leis vigentes, porém, não são aplicadas de forma concreta. Como prova disso, tanto o surdo quanto os cegos ainda enfrentam várias barreiras no ensino e na

comunicação que, para serem sanadas, é necessária a prática do Letramento Visual ou Tátil.

O preconceito instaurado contra as comunidades surda e a cega ainda é recorrente, pois, poucos são os profissionais que se preocupam e lutam pela causa, no tocante à garantia da inclusão dessa população, seja na sociedade, seja no ensino. Para tanto, pessoas, corpo docente, discentes, em parceria concomitante com intérpretes de Libras, professores de apoio, guia-intérpretes, devem assumir papéis sociais fundamentais na interação e inclusão dos surdos e cego.

Vale salientar que este artigo apresenta a abordagem e metodologia bibliográfica e mostra a abordagem diacrônica dos surdos e cegos, ou seja, descreve o panorama lacônico do processo educacional dos surdos e dos cegos, tanto na dimensão mundial quanto nacional. A título de comprovação linguística aborda desde os aspectos fonológicos até os pragmáticos da Libras e algumas sobre o Sistema Braille.

## **Braille e Libras: análise histórico social dos surdos e cegos**

Este texto possui o foco de delinear a parte histórica, clínica, social e educacional tanto da parte dos surdos, quanto dos cegos e surdocegos, que equivale às deficiências múltiplas. Para tanto, está asseverado que a surdez e a cegueira são abordadas com maestria e sucintez, a fim de que haja a compreensão que ambas as deficiências devem ser vistas e esboçadas tanto pelo viés histórico-social quanto socioeducacional.

A surdez é o nome designado à incapacidade ou dificuldade de ouvir. Logo, é uma deficiência que abrange ou permeia o sentido da audição, ou seja,

que, conseqüentemente, bloqueia ou impede parcial ou totalmente que o ser humano ouça. Todavia, como a audição é o sentido formado por sistemas e os órgãos (orelhas) que possibilitam ouvir, uma pessoa surda ou deficiente auditiva, apresenta anomalias no seu funcionamento dos canais auditivos interno e externo (Honora; Frizanco, 2008). Já, a cegueira abrange o sentido da visão, ou seja, os olhos, as cavidades ósseas e a órbitas oculares. Portanto, é o nome dado ou usado para mostrar a incapacidade visual, de forma residual ou total de uma pessoa cega ou deficiente visual (Honora; Frizanco, 2009).

A questão que se coloca é que tanto o sentido da visão quanto o da audição são essenciais para o ser humano, pois, garantem a percepção do espaço em que as pessoas estão inseridas, além de ajudar a identificar tudo o que estiver ao redor de si, reconhecendo se algo favorece ou não para a própria sobrevivência.

Mediante isso, a surdez e a cegueira são entendidas sob três pontos de vista: clínico (médico), histórico-social e educacional. Essa tríade sempre andarรก atada, pois, não há como falar de um estado clínico ou um Código Internacional de Doenças (CID), sem mencionar os aspectos histórico-social e educacional (Honora; Frizanco, 2009).

No campo clínico, a surdez e a cegueira apresentam causas congênitas ou adquiridas que levam a designar se a pessoa é surda<sup>1</sup> ou deficiente

---

1 De acordo com Honora e Frizanco (2008), a surdez é a perda severa ou profunda da audição de noventa e um decibéis (91 dB). Situação que se restringe o indivíduo à privação total de conhecimentos e informações auditivas essenciais para captar e identificar a voz humana, impedindo-o de adquirir naturalmente a linguagem oral.

auditiva<sup>2</sup>, assim como, se o indivíduo é cego ou deficiente visual. Isso dependerá tanto perda em grau de decibéis (audição), quanto da perda em grau.

No campo histórico-social, desde a antiguidade, tanto os cegos quanto os surdos foram privados de seus direitos humanos. Os cegos chegaram a considerados serem ser luz por não poderem ver; e os surdos vistos como pessoas irracionais por não poderem ouvir. Ambos não tiveram direitos a herança e nem a abrigos. Os surdos sofreram ainda mais, chegando a perderem as mãos para não se comunicarem com a Língua de Sinais. Mas, como todo ser humano apresenta incapacidades e potencialidades, os cegos e os surdos, durante a trajetória sincrônica mostraram que apesar de sofrerem tanto preconceito e discriminação social, conseguiram, arduamente, a conquista por direitos, em primeiro grau, no ramo educacional, em 1994, com a Declaração de Salamanca, na Espanha (Strobel, 2009; Honora; Frizanco, 2009).

A Declaração de Salamanca (1994) é o documento referência na educação dos alunos portadores de necessidades especiais<sup>3</sup>, pois provê uma escola inclusiva

---

2 Segundo, Carvalho e Moraes (2002), a deficiência auditiva é a carência sensorial da audição que pode ser uma perda parcial, total ou inata de quarenta e um decibéis (41 dB). Porém, não se limita na dificuldade em ouvir, mas, também, nos aspectos linguísticos, emocionais, sociais e culturais, causando o atraso de aprendizagem.

3 Terminologia usada no documento. Após a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), usam-se pessoas com deficiências, tendo em vista que se uma pessoa porta algo (necessidade), pode a qualquer momento o retirar; caso que não acontece com a surdez ou cegueira, pois, o indivíduo surdo ou cego já nasce com elas e não tem como abster-las, nem mesmo se adquirir essas duas deficiências ao longo da vida.

e efetiva que aprimore todo seu sistema educacional para que alcance uma educação para todos.

Portanto, no campo educacional, a surdez e cegueira são definidas como dificuldades da criança/pessoa surda ou cega em aprender a dialogar por via auditiva ou visual, tornando obrigatório medidas educacionais necessárias que possibilitem a comunicação como um instrumento de inclusão socioeducacional.

No campo cultural, tanto a surdez quanto a cegueira não são consideradas apenas como condição fisiológica e clínica, ambas constroem a identidade cultural própria, por não existe cultura surda sem surdez e nem cultura cega sem cegueira. A surdez abrange as diferentes línguas de sinais, que no Brasil é a Libras (Língua Brasileira de Sinais), e a cegueira aborda o sistema Braille.

Para tanto, nos demais tópicos, deste artigo, tais leis, normas e decretos serão referenciados com aptidão, a fim de aperfeiçoar o que começou com marco inicial, em 1994, pela Declaração de Salamanca.

### ***Breve história dos surdos***

A surdez é um assunto que, ao longo dos anos, sofreu preconceitos pela sociedade, isto é, para que houvesse uma lei que amparasse os surdos, ocorreu um processo histórico conflituoso em busca de direitos. Não havia nenhuma preocupação com a educação ou qualquer outra forma de socialização das pessoas com deficiência auditiva.

Desde a antiguidade até em meados da Idade Média, os surdos eram vistos como seres que não podiam viver socialmente e muito menos serem educados. Logo, eram excluídos e rejeitados porque

não eram considerados humanos devido à fala e audição serem vistos como fruto do pensamento. Consequentemente, como não ouviam nada, também não poderiam se comunicar (Honora; Frizanco, 2009).

Com o passar do tempo, surgiram as Línguas de Sinais, com o intuito de recuperar o funcionamento comunicativo por meio da visão e do tato. Mas, inicialmente não houve êxito, uma vez que os surdos chegavam a perder suas mãos, pois a sociedade na época não aceitava a comunicação visual com as mãos (Dilli, 2010). Com o passar do tempo, a humanidade que antes combatia direta ou indiretamente os surdos, percebeu a necessidade de criar escola aptas para atender essa população com o propósito de trazer benefícios aos não ouvintes.

Dessa forma, "houve a fundação de várias escolas para surdos. Além disso, qualitativamente, a educação do surdo também evoluiu, já que, que pela Língua de Sinais, eles podiam aprender a dominar diversos assuntos e exercer diversas profissões" (Honora; Frizanco, 2009, p.22). Porém, mais uma vez o oralismo venceu e as Línguas de Sinais ou Gestuais foram abolidas, no Congresso de Milão em 1880, caracterizando-as como línguas inúteis para educação dos surdos. Ademais, quem as utilizassem era perseguido e sofria represália (Albres, 2005; Strobel, 2009).

Devido ao insucesso do oralismo em todo o mundo, o uso dos sinais voltou a ser aceito em 1970, sob uma nova perspectiva linguística: Comunicação Total<sup>4</sup>, uma proposta flexível no uso de meios de

---

4 Traz como princípio que toda forma de comunicação é válida na tentativa, desde que a pessoa surda tenha uma língua com: fala, leitura orofacial, treinamento auditivo, expressão facial e corporal, mímica além da leitura e escrita de sinais.

comunicação oral e gestual que foi estabelecida como uma filosofia educacional (Strobel, 2009).

Nessa caminhada, os surdos utilizavam em ocasiões diferentes a oralização e a Língua de Sinais. Então, designaram a filosofia bilíngue<sup>5</sup>, ou seja, a utilização pelos surdos da Língua de Sinais como primeira língua (L1) e, como segunda, a língua majoritária do seu país (L2). Em suma, essa perspectiva educacional expandiu-se pelo mundo, com o propósito de argumentar e defender que cada língua deve manter suas características próprias (Teles; Souza, 2009).

É perceptível que as três doutrinas linguísticas de aprendizagem (oralismo, comunicação total e bimodalismo) são predominantes no contexto escolar do surdo brasileiro, por causa da carência de formação dos profissionais numa perspectiva bilíngue.

Dessa forma, é importante salientar que, no Brasil, a educação dos surdos teve início, durante o Segundo Império, em 1855, com a vinda do educador francês H Ernest Huet, discípulo de L'Épée, e ex-aluno surdo do Instituto de Paris, que trouxe o alfabeto manual francês, sob o consentimento do imperador D. Pedro II<sup>6</sup>, que intencionava inaugurar uma escola para surdos de acordo com os moldes europeus (Almeida, 2013). Portanto, de acordo, Honora e Frizanco (2008/2009) a Libras originou-se com grande influência da Langue des Signes Française (LSF). E, dois anos

---

5 Surgiu na Suécia com a metodologia de frisar a língua de sinais com a língua materna da comunidade surda. Nessa situação, a fala não é mais obrigatória, mas, sim, vista como uma possibilidade.

6 Dom Pedro II tinha grande veemência na educação dos surdos, pois tinha um neto surdo, filho da princesa Isabel, que era casada com um Conde parcialmente surdo, chamado d'Eu.

depois, em 1857, foi inaugurada a primeira escola para surdos, no Rio de Janeiro, denominada como Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, o atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES).

Segundo Castro e Carvalho (2011), o INES foi formalizado pela Lei nº 939, de 26 de setembro de 1857. Em razão disso, a comunidade Surda Brasileira comemora nessa data, o Dia Nacional do Surdo, quando são recordadas as lutas históricas por melhores condições de vida, educação, dignidade e cidadania, desde àquela época até hoje.

O reconhecimento linguístico da Libras, no Brasil, no que tange ao viés socioeducacional, teve reconhecimento em 2002 com a promulgação da Lei n.º 10.436, que a preconiza como língua de direito natural à pessoa surda, devendo ser concebida e respeitada. Porém, só foi regulamentada em 2005, como o Decreto n.º 5.625, que proporcionou mais garantia de direitos educacionais aos surdos. Além de uma efetiva inclusão da pessoa surda, a medida colocou em vigência a Lei de 2002, e o artigo 18 da Lei nº10.098/2000, cuja ementa estabeleceu os critérios essenciais para promulgação da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, em todas as áreas e os segmentos da sociedade brasileira (Blattes, 2006).

Em resumo, “o convívio do surdo francês, proporcionou em grande medida vários empréstimos linguísticos da língua francesa para a Libras, cuja origem está intimamente ligada ao processo de escolarização dos surdos brasileiros” (Gesser, 2009, p. 38).

## ***Breve história dos cegos***

Não obstante, os surdos e os cegos passaram pela mesma jornada em busca do reconhecimento e valor tanto pelos direitos humanos, quanto indivíduos capazes de viver e aprender como os ditos “normais”.

Segundo Lemos e Cerqueira (2014), os cegos eram barbaramente torturados e condenados à morte, pois, salientava-se que as pessoas com cegueira eram possuídas dos espíritos do mal e nomeadas em artifício de cunho religioso. Roma (2018) afirma que a ignorância de conhecimento cultural à comunidade cega e o entendimento sobre o tema geraram uma limitação às oportunidades que são oferecidas às pessoas cegas e com baixa visão.

A cegueira, de fato, não é somente uma condição do nascimento, se quisermos, uma imposição da genética e da biologia. A cegueira, sobretudo, é uma construção sociocultural, amalgamada em proibições, interdições, estabelecimento de limites. Mais que isso, a cegueira é uma construção narrativa, urdida inicialmente no seio da família, para ir se alastrando pelos diversos polos de convívio: a escola, a rua, a comunidade (Souza, 2018, p. 565).

No Brasil, a Lei nº 4.169/1962, oficializou o sistema Braille para o uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille. Depois, em 1989, a Lei nº 7.853 propôs mais abrangência sobre as questões inerentes à pessoa com cegueira, pois ainda havia rotações à integração dessa população, criando assim, as principais normas de acessibilidade para essas pessoas.

Essa acessibilidade<sup>7</sup> só é garantida, especificamente, com o Decreto-lei nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, documento que determina os prazos e regulamenta o atendimento, acesso, e permanência dos cegos, no que concerne a projetos de natureza arquitetônica e urbanística, de comunicação/ interação e informação, de transporte coletivo, bem como o cumprimento de qualquer tipo de obra com destinação pública ou coletiva.

## **Libras e Braille: duas vertentes linguísticas e sociais para o sistema de inclusão**

Este tópico, aborda surdez e cegueira pelo viés da comunicação visual e tátil, com intuito de ponderar e ressaltar as peculiaridades dos dois campos linguísticos. Um que aborda uma língua com raízes gramaticais e sociolinguísticas e outro que aborda um esboço de escrita tátil com percepções de relevo. Portanto, a surdez por restringir a audição e evidenciar o canal espaço-visual, a pessoa surda precisa da Libras e um campo restritamente visual na sua interação. Em contrapartida, a cegueira, por delimitar a visão e realçar o canal tátil e auditivo, a pessoa cega necessita do Braille e um campo totalmente sinestésico

---

7 Para os cegos, a acessibilidade mais conhecida é o piso-tátil, no que tange à parte arquitetônica e o Braille no que abrange à parte de comunicação. Atualmente, além de tudo ser adaptado, como os elevadores, as texturas e as cores no campo visual, há a presença dos *softwares* com sintetizadores de voz nos computadores, bem como aplicativos formidáveis à acessibilidade dos cegos, entre eles, os essenciais: o Be My Eyes, o Eye-D (Android | iOS), Ubook, o CPqD Alcance, o TalkBack, o VoiceOver, o Pay Voice, o Cash reader (leitor monetário) e o Google BrailleBack.

na sua comunicação. Nos próximos subtópicos, será frisado sobre esses meios de comunicação.

## **Libras**

É ponderado e questionado que, antes de estudar, entender ou compreender uma língua, é importante conhecê-la tanto num processo diacrônico como sincrônico, ou seja, tanto no que abrange a sua origem quanto à sua evolução, até as abordagens vigentes. Dessa forma, o estudo diacrônico, foi realizado na parte de estudo bibliográfico/histórico. Para tanto, é necessário, delinear uma abordagem sincrônica da Libras. Segundo Gesser (2009), ainda permeia um preconceito muito grave, que vai além da discussão sobre a legitimidade linguística: conceituá-la como mímica ao invés de língua natural da comunidade surda brasileira.

A Língua Brasileira de Sinais, como qualquer outra língua natural, apresenta uma estrutura linguística e gramatical que permite a expressão de qualquer conceito, seja concreto ou abstrato. O canal de comunicação é o espaço-visual ou modalidade gestual-visual. Portanto, as palavras não são expressas por sons, mas sim, realizadas pelos movimentos das mãos concomitantes às expressões faciais e corporais (Nunes, 2013).

Assim como a Língua Portuguesa, a Libras possui uma gramática própria estruturada em todos os níveis linguísticos: fonológico, morfológico, sintático e semântico. Além disso, apresenta características peculiares à arbitrariedade e iconicidade, denominadas pelo Estruturalista Ferdinand Saussure; à produtividade, flexibilidade e criatividade, estabelecida pelo Linguista Noam Chomsky e à

variação linguística, de William Labov (Pereira *et. al.*, 2011). Em outras palavras, é uma língua viva, sujeita a variações linguísticas, aos dialetos regionais e origem de novos vocábulos.

Quanto a parte morfológica, na Libras, a formação acontece quando a raiz é enriquecida com diferentes movimentos e contornos no espaço de sinalização (Quadros; Karnopp, 2004). Já a estrutura sintática, é estabelecida no espaço e na direção utilizada para determinar que elemento se liga a outro. Nela, há omissão de proposições, conjunções e verbos de ligação. De acordo com Ferreira-Brito (*apud* Pereira; *et. al.*, 2011), a ordem preferencial das frases na Libras é o sujeito-verbo-objeto (SVO).

Na estrutura sintática da língua gestual, os verbos apresentam apenas na forma nominal do infinitivo, isto é, não possuem flexão de número e pessoa e nem de modo e tempo, uma vez que tais requisitos ficaram implícitos nos pronomes pessoais e pelos advérbios que são, ora, intensificados por expressão facial, ora, por classificadores (Quadros; Karnopp, 2004;). Na Libras, a tipologia de frases é configurada na expressão facial e corporal (EF/C), parâmetro que funciona como a entonação da voz em LP.

Portanto, em virtude do que foi descrito, “linguisticamente, pode se afirmar que a língua de sinais é língua porque apresenta características presentes em outras línguas naturais e, essencialmente, porque é humana” (Gesser, 2009, p. 27).

## **Braille**

O Braille é o código que proporciona a leitura para o deficiente visual ou cego. Ele “é uma ferramenta relevante à educação inclusiva,

permitindo uma conexão com conhecimento e com informação, contribuindo significativamente com a alfabetização científica" (Santos; et al, p. 01). Foi oficializado apenas em 1852, a fim de autorizar e permitir que pessoas com deficiência visual, seja total ou parcial, tivessem acesso à leitura.

O Sistema Braille, utilizado universalmente na leitura e na escrita por pessoas cegas, foi inventado na França por Louis Braille, um jovem cego, reconhecendo-se o ano 1825, como o marco desse importante conquista para a educação e a integração dos deficientes visuais na sociedade (Lemos; Cerqueira, 2014, p.22).

Por ser sistema é universal, o Braille é um padrão – o que muda é a forma como é utilizado em cada idioma, em cada país, por cada padrão linguístico. Ele é tradicionalmente escrito em papel relevo, um papiro especial, para que os cego, ou surdocegos possam fazer a leitura tátil. Além disso, os usuários do sistema Braille podem ler em telas de computadores ou por celulares, em razão aos suportes eletrônicos e de aplicativos (já citados na nota de rodapé, anteriormente); dos quais possuem uma amostra em Braille atualizáveis.

Apenas para efeito recordação histórica, o dia 08 de abril é o Dia Nacional do Braille, em homenagem à José Álvares, cego e nobre, filho do escritor Álvares de Azevedo, que estudou Braille no exterior. Dom Pedro II, assim como fez na área da surdez, e por benevolência a José, designou o dia do nascimento de José Álvares de Azevedo em homenagem a comunidade cega.

O Braille é a metodologia mais utilizada no mundo. Além de letras e números, ele apresenta símbolos, pontuação e outros sinais que possibilitam

a compreensão da mensagem por aqueles que são cegos. O Braille possui a estrutura em relevo, tátil com base formada por seis pontos em verticais divididos em duas colunas que, por conseguinte, proporciona as sinergias de combinações em formas de letras, números, símbolos e frases (Roma, 2018; Lemos; Cerqueira, 2014).

O Braille não possui estrutura gramatical, ou linguística, haja vista, que o cego perde a visão, mas, podendo ouvir, não perde o contato com a língua materna (L1). No caso do surdocego, há o Braille tátil, que é a Libras concomitante ao Braille – o trabalho é diferente terá que fomentar a (L1) e (L2), além do Braille.

A significação tátil dos pontos em relevo do invento de Barbier foi a base para a criação do Sistema Braille, aplicável tanto na leitura como na escrita por pessoas cegas e cuja estrutura diverge fundamentalmente do processo que inspirou seu inventor. O Sistema Braille, utilizando seis pontos em relevo dispostos em duas colunas, possibilita a formação de 63 símbolos diferentes, que são empregados em textos literários nos diversos idiomas, como também nas simbologias matemática e científica, em geral, na música e, recentemente, na informática (Lemos; Cerqueira, 2014, p. 23).

Diferente da Libras, o Braille é um sistema sem paradigmas linguísticos e gramaticais, e, além disso, é universal, usado em todas as línguas orais da mesma maneira tátil e com relevo variado, de acordo os papiros de cada país. O Braille "teve plena aceitação no Brasil, utilizando-se praticamente toda a simbologia usada na França, assim, como passou a empregar, na íntegra, o Código Internacional de Musicografia Braille, de 1929" (Lemos; Cerqueira, 2014, p. 26).

O sistema Braille proporciona a leitura para o deficiente visual, como forma de acesso à educação através da leitura. O ato de ler é fundamental para o desen-

volvimento educacional, social e afetivo do indivíduo, no caso da deficiência visual, ler ganha um sentido especial, o da inclusão. O Braille é um método de leitura para deficientes visuais, pois foi o primeiro método, que abriu a porta das escolas regulares ao deficiente visual e pouco se conhece e se divulga sobre a cegueira e sobre acessibilidade (Santos; et al, p. 02).

## **Libras Tátil**

A Língua Brasileira de Sinais Tátil é realizada na palma de uma das mãos de pessoas surdocegas, por meio de um profissional designado como guia-intérprete<sup>8</sup>, que realiza as atividades educacionais, culturais e sociais da pessoa com deficiência múltipla<sup>9</sup>. Conforme Lagati (1995, p.306) apud Brasil, 2010), a:

Surdocegueira<sup>10</sup> é uma condição que apresenta outras dificuldades além daquelas causadas pela cegueira e pela surdez. O termo hifenizado indica uma condição que somaria as dificuldades da surdez e da cegueira. A palavra sem hífen indicaria uma diferença,

- 
- 8 É o profissional que domina diversas formas de comunicação utilizadas pelas pessoas com surdocegueira, podendo fazer interpretação ou transliteração. Ou seja, ela não só responsável pela interpretação em Libras, como, também, um guia Aos locais, que conduz, que dirige, que mostra o caminho. Portanto, é o elo do surdocego com o mundo.
  - 9 O Decreto Federal nº 5.296/2004 explica que é uma "associação de duas ou mais deficiências" podendo ser de ordem física, sensorial, mental, emocional ou de comportamento social. Pode ser agravada por alguns aspectos, tais como a idade de aquisição, o grau das deficiências e a quantidade de associações que o indivíduo apresenta.
  - 10 A Surdocegueira é variante, de acordo o tempo ou idade em que ocorreu, o que denomina se a pessoa é surdocega pré-linguística (quando ocorre por causa congênita ou anterior a aquisição da fala) ou pós-linguística (quando a surdocegueira acontece após a aquisição de uma língua, seja oral ou de sinais).

uma condição única e o impacto da perda dupla é multiplicativo e não aditivo.

Mediante isso, pode-se afirmar que além do visual, o tátil é um recurso muito discutido por estudiosos da área da surdez concomitante à cegueira, em particular ao indivíduo com surdocegueira, que necessita ater-se ao tato para acessar as informações e compreender o mundo que o cerca. Esse caso de múltipla deficiência precisa de mais atenção tanto da família quanto dos educadores.

Conseqüentemente, as formas e os meios de comunicação para a pessoa com surdocegueira variam de acordo com a resistência e existência do resíduo ou perda auditiva e visual e dependendo da interação deles com seus pares, no caso guia-intérprete, professor, família e sociedade.

Dentre as formas mais expressivas e comuns são: a expressão natural, movimentos do corpo, expressão facial, expressões emocionais, expressões orais, toques, gestos, sinais incorporados, datilológico ou manual, escrita na palma da mão, Língua de sinais em campo visual reduzido, materiais técnicos do sistema alfabético com retransmissão em braille, Método Tadoma, Sistema Malossi, escrita em tinta, leitura labial e Língua oral amplificada (Brasil, 2006).

Os instrumentos essenciais para efetuar o diálogo com o surdo cegueira são as mãos, pois, segundo Honora e Frizanco (2008), elas vão expressar os sentimentos, as intenções, ou seja, tudo que seria captado pelo ouvido ou pelos olhos. Em razão disso, não podem ser desconsiderados para o desenvolvimento desses alunos em sala de aula os seguintes meios e procedimentos: Libras adaptada em Braille, movimentos corporais, objetos reais e

representativos, palavras impressas ou em Braille, materiais adaptados em alto relevo ou texturas.

O aluno surdocegueira necessita de adaptações em materiais táteis, preparação e qualificação da parte pedagógica e docente para que haja novos caminhos de aprendizagem. Diante disso, a escola deve desenvolver um programa especial que frise a interação entre o professor/guia-intérprete/aluno por meio de objetos concretos e da adaptação para seu desenvolvimento assim como os demais estudantes (Nascimento; Maia, 2006, p. 22).

Em virtude do que foi mencionado, é pertinente assegurar que o uso dos recursos visuais e táteis são relevantes para a educação dos surdos e surdocegueira, pois, contribuem tanto à memorização dos sinais em L1, quanto para o desenvolvimento da escrita em L2. Além disso, percebe-se que a Linguística, o Letramento e a Alfabetização formam uma tríplice importante para o ensino da Libras e da Língua Portuguesa nas escolas, uma vez que quando um aluno surdo passa a ler e escrever por criticidade, está desenvolvendo sua capacidade linguística das palavras e seu conhecimento de mundo.

Dessa forma, a Linguística é o fundamento para a alfabetização e o letramento porque engloba o campo sociolinguístico (faixa etária, sexo, localidade) e estilístico dos campos sociais. Portanto, a escola deve se estruturar e interagir de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos surdos e surdo-cegueira. É importante que a Linguística cumpra o seu papel, enquanto ciência da linguagem no meio social, para que esses indivíduos tenham um aprendizado prazeroso e não frustrado.

## Considerações finais

Mediante tudo o que foi mencionado, conclui-se que ambas as comunidades, surda e cega, possuem aspectos e traços comuns e distintos. Os que se assemelham é a luta e a trajetória árdua, longa e valorosa por seus direitos em prol do reconhecimento na sociedade, no meio linguístico, na parte arquitetônica e na educação. Porém, ainda, há muito a melhorar a inclusão dessa população.

As descrições que usam para se comunicar, seja na sociedade, seja na educação, devem ser efetivas. Recorda-se que a comunidade surda usa a Libras, de origem francesa, que constitui a segunda língua oficial do Brasil, sendo reconhecida pela Lei nº10.436/2002. A Libras como meio legal de comunicação e expressão linguístico possui, dialetos regionais, flexões de gêneros, números e grau e tudo que uma língua natural e materna possui. Obstante disso, o Braille é um sistema universal criado por francês Louis Braille, que foi oficializado no Brasil como um código pela Lei nº4.169/1962, ou seja, ele é mais antigo em reconhecimento, mas, não é um idioma, é padrão. Por fim, as raízes de Libras e Braille são, comumente, francesas.

Por fim, destacamos que foi gratificante e emocionante realizar estudo bibliográfico para a escrita do presente artigo. Esperamos que seja uma grande contribuição para o acervo da academia e para leitura do público em geral.

## Referências

ALBRES, N. A. de. História da Língua Brasileira de Sinais em Campo Grande – MS. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2005.

ALMEIDA, M. P. de. Língua de Sinais x Libras: uma abordagem da historiografia linguística. 2013. 138 f. Dissertação (mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras) UEMS, Campo Grande/MS, 2014.

BLATTES; R. L. (Org.). Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais e orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. Surdocegueira e Deficiência Múltipla. Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. MEC/Brasília, 2010.

BRASIL. Dificuldades de comunicação e sinalização: Surdocegueira e Múltipla Deficiência Sensorial. Coleção Saberes e Práticas de inclusão. MEC/Brasília, 2006.

Centro de recursos nas aéreas surdocegueira e deficiência múltipla sensorial. Formas de Comunicação para pessoa com surdocegueira adquirida e o uso de Tecnologia Assistiva. Disponível em: <<http://www.ahimsa.org.br/horizonte.html>> Acesso em: fev. 2021

CARVALHO, C. N. da S.; MORAES, M. de F. P. O processo de inclusão das pessoas especiais. Belém: 2002, 99f. Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível em: <[http://www.nead.unama.br/bibliotecavirtual/monografias/copia\\_de\\_o\\_processo\\_de\\_inclusao\\_de\\_criancas\\_especiais.pdf](http://www.nead.unama.br/bibliotecavirtual/monografias/copia_de_o_processo_de_inclusao_de_criancas_especiais.pdf)> Acesso em: mar. 2021.

DILLI, K. S. A inclusão do Surdo na educação brasileira. Florianópolis: 2012, 83f. Trabalho de Trabalho de Conclusão de curso.

GESSER, A. Libras: que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. Esclarecendo as deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com sociedade inclusiva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

LEMOS, E. R.; CERQUEIRA J. B. O Sistema Braille no Brasil. Benjamin Constant, Rio de Janeiro, ano 20, edição especial, p. 23-28, nov. 2014.

NASCIMENTO, F. A. A. C.; MAIA, S. R. Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização surdocegueira/múltipla deficiência sensorial. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

NUNES, V. F. Iconicidade e corporificação em sinais de Libras: uma abordagem cognitiva. In: CARVALHO, G. de; ROCHA, D.; VASCONCELLOS, Z. (Orgs.). Linguagem: Teoria, Análise e Aplicações, 7, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Letras/UERJ. 2013, p. 243- 253.

PEREIRA, M. C. da C.; et.al... LIBRAS: Além dos sinais. São Paulo: Perarson Prentice Hall, 2011.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. ARTMED: Porto Alegre. 2004.

SANTOS, L. C. dos. Oficinas de Libras e Braille como ferramenta de inclusão: relato de experiência. V Conedu Congresso Nacional de Educação. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO\\_EV117\\_MD1\\_SAI0\\_ID595\\_07082018200020.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SAI0_ID595_07082018200020.pdf) Acesso em: mar. 2021.

SOUZA, J. B. de. Cegueira. Acessibilidade e Inclusão: Apontamentos de uma Trajetória. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 38, n. 3, p.564-571, jul/set. 2018.

STROBEL, K. História da educação de surdos. Florianópolis, 2009. (Apostila do curso de licenciatura em Letras-LIBRAS da Universidade Federal de Santa Catarina Licenciatura na modalidade a distância). Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/4559884/Fundamentos-da-Educacao-dos-Surdos#scribd>. Acesso em: mar.2015.

ROMA, A. de C. Breve histórico do processo cultural e educativo dos deficientes visuais no Brasil. Revista Ciência Contemporânea, v. 4, n. 1, p. 1-15, jun./dez. 2018.

TELES, M. M.; SOUZA, V dos R. M. Língua Brasileira de Sinais - Libras. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2009. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/cursoraizes/lingua-brasileira-desinaislibras>. Acesso em: mar.2021.